GRUPO PARLAMENTAR

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

VII Legislatura

Declaração Política

José Decq Mota - 2003/09/16

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Presidente e Membros do Governo

Ao iniciar-se, em Plenário, a 4ª e última sessão legislativa da presente legislatura, o Grupo Parlamentar do PCP necessita de chamar a atenção desta Câmara e através dela, de todos os açorianos, para um conjunto de questões muito sérias que, de uma forma ou de outra, terão que estar presentes nos próximos meses no trabalho das instituições e no debate político.

Não podemos nem queremos deixar de ter presente que, por muitos que sejam ou por muitos mais que venham a ser, os cartazes irrealistas ou parciais de todas as origens que cobrirão, nos próximos meses, a nossa vida política, as realidades não deixarão de existir tal qual são.

Não podemos nem queremos contribuir para que o debate político seja reduzido a frases curtas, a cartazes coloridos, a caras risonhas.

Não podemos nem queremos, aqui nesta Assembleia e em toda a actividade que desenvolvemos, deixar de levantar os problemas, propor a sua análise e contribuir sempre que possível para que se encontrem soluções.

É com este espírito central que vimos hoje a esta tribuna.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Presidente e Membros do Governo

Estamos a iniciar o 4º ano de Legislatura e a principal questão que existia no início, no que toca à economia regional, não só permanece, como está

mesmo agravada, quer por acção da passagem do tempo, quer por soluções exteriores que nos são desfavoráveis.

Estou a referir-me à falta de perspectivas concretas para os sectores produtivos da nossa pequena economia regional.

A produção de leite não só não viu obtida a natural e legítima pretensão de poder produzir de acordo com a capacidade produtiva instalada como vê hoje, recair sobre si uma resolução comunitária concreta que indica uma redução da autorização de produção hoje existente.

A actividade piscatória das nossas frotas costeira e artesanal – que são as que temos – vive hoje sobre o espectro da ilegítima e injusta invasão deste mar ocidental por frotas que já delapidaram recursos em vastas áreas oceânicas.

As industrias transformadoras de ambos estes sectores, que hoje são, em geral, modernas e operativas, não só não utilizam toda a sua capacidade transformadora e toda a sua potencialidade actual de colocação dos produtos nos mercados, como vivem dependentes de decisões inquinadas pela intenção de restringir anda mais.

Não é possível haver um claro crescimento do PIB e uma consequente consolidação do processo de desenvolvimento sem que a parte produtiva da nossa economia cresça, embora esse crescimento produtivo deva ser feito sempre dentro de padrões de extensividade e qualidade no que respeita à agricultura e de preservação de stocks no que toca à pesca.

Mas se é assim, tem que se dizer, com todas as letras, que não é proibindo que a actual manada produza o que pode produzir, que tal se consegue, nem é oferecendo a frotas oceânicas depredadoras o que é escasso no mar para as nossas frotas costeira e artesanal que tal objectivo se atinge.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Presidente e Membros do Governo

A indefinição que reina e persiste sobre a nossa economia regional tem que ser globalmente encarada e sentida como um pesado insucesso dos poderes públicos nacional e regional.

As hesitações negociais, a falta de esclarecimento sobre as questões essenciais, a incapacidade negocial mesmo nos momentos mais favoráveis, têm motivado ao longo do tempo uma postura que esquece o essencial e que é profundamente perniciosa.

Por tudo isto estamos hoje confrontados com multas à lavoura e principalmente com o desperdício, em termos de rendimentos , de uma importante fatia da capacidade produtiva que foi instalada.

Por tudo isto temos que estar hoje numa posição de defesa de uma gestão da ZEE das 200 milhas que seja compatível com a defesa económica e social do sector da pesca.

É fundamental, no que respeita às multas por ultrapassagem da quota leiteira que o Governo Regional informe esta Assembleia, nomeadamente a sua Comissão de Economia, sobre o evoluir da situação e as medidas tomadas.

É também fundamental que a defesa das 200 milhas seja assumida, integralmente, pela parte nacional no próximo Conselho de Ministros da União Europeia.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

A vida política regional está marcada por uma série de questões importantes, as quais terão que merecer um debate político e social bem mais profundo do que tem acontecido.

Uma das matérias preocupantes prende-se com a eventual futura reestruturação da SATA.

Trata-se de uma matéria estratégica que se desenvolve numa área essencial e essa seria razão suficiente para que, para além das consultas sociais obrigatórias, houvesse um claro debate sobre o futuro do Grupo, a sua organização e sobre os objectivos essenciais que se pretende atingir.

No âmbito da obrigação que recai sobre esta Assembleia de fiscalizar e acompanhar as políticas governamentais, o Grupo Parlamentar do PCP irá, na presente sessão legislativa accionar os mecanismos que forem adequados

No sentido de garantir que esse poder de acompanhamento é cabalmente exercido começaremos, exactamente, por propor em sede da Comissão de Economia uma audição ao Secretário Regional da tutela sobre esta matéria. Em função do resultado dessa diligência recorreremos, ou não, a outras figuras regimentais previstas, tendo em conta a necessidade da reestruturação da SATA, seus objectivos e consequências serem debatidos.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Outra matéria sobre a qual, no entendimento do Grupo Parlamentar do PCP, esta Assembleia se tem que debruçar com brevidade, diz respeito à Reconstrução.

É público o frenesim do Governo Regional em propagandear com caríssimos folhetos e propagandísticas exposições os aspectos melhores de um trabalho globalmente mal realizado, mas pouco se sabe, neste momento sobre algumas questões essenciais.

Refiro a titulo de exemplo:

1. Qual o ritmo em que se está a desenvolver cada uma das empreitadas?
2. Qual o nível actual de atrasos dos pagamentos a empreiteiros?
3. Quantos casos bloqueados por várias razões assim continuam?
4. A SPRIH, S A, está em funcionamento ou não?
5. O empréstimo que pressupõe a criação dessa Sociedade Anónima, está concretizado ou não?
6. A anunciada solução, pela qual muito lutámos, dos casos dos "sem terra", em que ponto está? Quem a vai executar?
7. O CPR está ou não extinto?
8. O pessoal requisitado pelo CPR em que situação está?
9. Que análise faz o Governo à auditoria feita ao CPR pelo Tribunal de Contas?

Estas são apenas algumas das perguntas que a parede de silêncio e propaganda procura motivar que não sejam feitas e reflectidas.

Lamentando uma vez mais a desadequada extinção da Comissão Eventual de Acompanhamento da Reconstrução, que o Grupo Parlamentar do PS impôs, extinção essa que nem sei se legalmente já aconteceu, informo o Plenário que o Grupo Parlamentar do PCP irá propor, na Comissão de Política Geral, a audição urgente do Senhor Secretário Regional da Habitação, sobre a reconstrução, cumprindo assim uma das competências dessa Comissão.

Senhor Presidente

Senhores deputados

Senhores Membros do Governo

De acordo com os OCS o Senhor Presidente do Governo Regional iniciou e vai realizar ao longo de toda a semana uma "Presidência Aberta", social, no Concelho de Ponta Delgada.

Ouvi, a esse propósito, declarações do Senhor Presidente, das quais concluo, com inteiro rigor, que as previstas visitas não se destinam a conhecer mas sim a divulgar.

No início desta designada “Presidência Aberta” foi apresentada a lista daquilo que o Governo Regional considera as virtudes da sua política social no Concelho de Ponta Delgada, mas nada foi referido sobre a política injusta feita em relação aos trabalhadores das IPSS, nem sobre a evolução dos principais indicadores que permitem retirar conclusões sérias e seguras sobre as políticas que se fazem.

Lamentamos que esta iniciativa do Presidente do Governo Regional coincida com um Plenário da Assembleia Legislativa Regional, no qual o próprio Presidente do Governo Regional, sempre que possível, deve estar, mas lamentamos principalmente a natureza pouco sustentada desta iniciativa no que toca à necessária e permanente perspectiva criativa e solidária que as políticas sociais têm que ter.

Uma qualquer medida de política social, não pode nunca ser apresentada como uma benesse ou um favor que se faz a quem quer que seja.

Quando se cai nessa tentação fragiliza-se tudo, mesmo o que de positivo possa ter sido feito.

É fundamental que se diga que não há “Presidência Aberta”, social, económica ou ambiental, que anule, esconda ou iluda as muitas “Presidências Fechadas” que nesta legislatura têm acontecido em relação a muitos problemas regionais.

Disse.